

**VIOÊNCIA DE GÊNERO SOB O OLHAR DAS MULHERES PROSTITUTAS****GENDER VIOLENCE UNDER THE LOOK OF WOMEN PROSTITUTES****VIOLENCIA DE GÉNERO BAJO LA MIRADA DE LAS MUJERES PROSTITUTAS**

Emília Guilherme da Silva¹, Kerle Dayana Tavares de Lucena², Layza de Souza Chaves Deininger³, Hemílio Fernandes Campos Coelho⁴, Barbara Maria Soares Pereira Wanderley⁵, Adriene Jacinto Pereira⁶

RESUMO

Objetivo: compreender o conceito da violência de gênero para as prostitutas, bem como a violência sofrida no contexto laboral. **Método:** pesquisa de campo com abordagem qualitativa realizada no município de João Pessoa/PB com sete mulheres prostitutas maiores de 18 anos. Os dados foram produzidos no mês de março de 2015, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado. Os discursos foram analisados com base na técnica de Análise do discurso de Fiorin. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE 20418813.0.0000.5183. **Resultados:** as prostitutas ainda continuam sendo invisíveis para a sociedade, pelo controle que se dá ao corpo feminino e a não aceitação que ela exerce um trabalho como outro qualquer. **Conclusão:** assim, se faz necessário dialogar sobre o tema e tabus sejam quebrados para que este assunto esteja presente em discussões cotidianas. **Descritores:** Identidade de Gênero; Saúde da Mulher; Violência Doméstica.

ABSTRACT

Objective: understanding the concept of gender violence for prostitutes, as well as the violence suffered in the employment context. **Method:** a field research with a qualitative approach carried out in the city of João Pessoa/PB with seven female prostitutes older than 18 years old. The data were produced in March 2015 through a semi-structured interview guide. The reports were analyzed based on the technique of Fiorin speech analysis. The research project was approved by the Research Ethics Committee, CAAE 20418813.0.0000.5183. **Results:** the prostitutes still continue invisible to society, for the control that gives to the female body and the rejection they have in any other job. **Conclusion:** so, it becomes necessary to dialogue about the subject and taboos are broken so that this issue is present in everyday discussions. **Descriptors:** Gender Identity; Women's Health; Domestic Violence.

RESUMEN

Objetivo: comprender el concepto de violencia de género para las prostitutas, así como la violencia sufrida en el contexto laboral. **Método:** la investigación de campo con un enfoque cualitativo llevada a cabo en la ciudad de João Pessoa/PB con siete mujeres prostitutas mayores de 18 años. Los datos se produjeron en marzo 2015 a través de una guía de entrevista semi-estructurada. Se analizaron los informes basados en la técnica de análisis del discurso Fiorin. El proyecto de investigación fue aprobado por el Comité de Ética en la Investigación, CAAE 20418813.0.0000.5183. **Resultados:** las prostitutas siguen siendo invisibles para la sociedad, por el control que dáse al cuerpo de la mujer y el rechazo que ella tiene de trabajar como cualquier otro empleo. **Conclusión:** así, es necesario diálogo acerca del tema y los tabúes sean rotos por lo que este tema estea presente en las discusiones cotidianas. **Descriptores:** Identidad de Género; Salud de la Mujer; La Violencia Doméstica.

¹Enfermeira, Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. João Pessoa (PB), Brasil. Email: emiliaguilherme@bol.com.br; ²Enfermeira, Doutoranda em Modelos de Decisão e Saúde pela UFPB. Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. João Pessoa (PB), Brasil. Email: kerledayana@gmail.com; ³Enfermeira, Professora, Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba/FCM-PB. Mestranda em Modelos de Decisão e Saúde, Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa (PB), Brasil. Email: layzadeininger@gmail.com; ⁴Estatístico, Professor Doutor da Universidade da Paraíba, João Pessoa (PB), Brasil. Email: hemilio.coelho@ccen.ufpb.br; ⁵Enfermeira, Especialista em Política e Gestão do Cuidado, Assessora Pedagógica e Administrativa, Curso de Medicina, Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, João Pessoa (PB) Brasil. Email: barbarasoares@gmail.com; ⁶Enfermeira, Mestre, Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, João Pessoa (PB) Brasil. Email: adrienejacinto@gmail.com

INTRODUÇÃO

O arcabouço da sociedade brasileira é norteado por um sistema patriarcal, a violência de gênero consolida essa estrutura, uma vez que configura a dicotomia do papel de ser homem e ser mulher, sendo reservado para essa um papel subalterno até nos seus relacionamentos, onde são submetidas a agressões por parte de seus parceiros e esses perpetuam essa violência por existirem mulheres que se sujeitam a esse papel.¹

A violência é evidenciada de diversas formas, a construção social vigente em uma determinada cultura sofre influências do ponto de vista ético uma vez que isso induz essa caracterização, existindo certa dificuldade para isso, pois alguns pontos são perpetuados por esta sociedade, configurando-se um fenômeno histórico e social.²

Até o ano de 2002 os casos de violências contra mulher a nível nacional eram referenciados no Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, esses eram articulados pela Secretária de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM) no âmbito federal, a construção de Casas e Abrigo e a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) eram apoiadas por estas, em 2003 houve um redirecionamento em consequência da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), reformulando a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no ano de 2004 aconteceu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, fortalecendo o enfrentamento no que tange todas as modalidades de violência contra a mulher.³

No Brasil uma das principais causas de morbimortalidade que acometem as mulheres é a violência de gênero, considerado uma questão de saúde pública, essa reflete não só essa mulher que é agredida, mas também a coletividade, em decorrência desses números alarmantes em 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, com o intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nesta referida lei dispõe também meios para a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.⁴

Há ainda a violência de gênero com mulheres cuja atividade laboral é a prostituição. Essa prática é datada desde os primórdios da nossa sociedade, de tal modo que em todas as culturas ela esteve presente, sendo uma forma de iniciação de muitas jovens no mundo sexual, onde essas trocam prazeres sexuais por dinheiro.⁵ Em detrimento

de a prostituição atravessar séculos da nossa sociedade, essa sempre foi considerada estigmatizante, haja vista o controle que sempre se perpetuou na sexualidade dos indivíduos, a igreja atribuiu tais práticas a atos demoníacos, sendo criminalizada em códigos civis, no Brasil tenta-se regularizar como uma atividade profissional. Em vários países existem associações de prostitutas e no país em quase todos os estados, mesmo sendo considerada uma profissão, essa ainda carrega o estigma por parte da sociedade, sendo hostilizadas com preconceitos.⁶

O artigo quinto da nossa constituição preconiza que o exercício do trabalho, profissão que esteja devidamente adequado ao que se exige para exercer é de livre exercício, em detrimento disso a prostituta ainda encontra um grande entrave para o pleno gozo de seus direitos e reconhecimento jurídico, embora seja considerada uma das mais antigas profissões, o preconceito que esta passa na sociedade dificulta ao não reconhecimento de seus direitos por ser vista pela sociedade como algo profano.⁷

A violência de gênero vem tomando notoriedade devido a políticas públicas juntamente com movimentos e grupos feministas que denunciam práticas de misoginia que até então eram camufladas, são mulheres que vivem as margens da invisibilidade na sociedade, entendendo que o conceito de saúde apresenta um leque de possibilidades e que é necessário atentar para a relevância deste fenômeno, por saber que as profissionais do sexo são um público em potencial tanto por sua condição feminina quanto por o estigma que carrega a sua profissão. Neste prisma, o presente estudo objetiva:

- Compreender o conceito da violência de gênero para as prostitutas, bem como a violência sofrida no contexto laboral.

MÉTODO

O estudo é um recorte de uma pesquisa de doutorado, intitulada “Violência doméstica contra a mulher: inquérito domiciliar”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Modelos de Decisão e Saúde, da Universidade Federal da Paraíba.

Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa. O local da pesquisa foi o município de João Pessoa na Associação de Prostitutas da Paraíba (APROS), envolvendo um universo de sete mulheres que atenderam aos critérios de inclusão: Mulheres acima de 18 anos, prostitutas, que aceitassem

participar do estudo, excluindo-se assim as que exercessem outras profissões, as mulheres menores de idade e as que se recusarem a participar da pesquisa.

Os dados foram produzidos no mês de março de 2015, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado. O primeiro momento consistiu em transcrever as entrevistas e no segundo momento foram feitas as identificações de temas e/ou figuras nos discursos das entrevistadas sobre as questões elaboradas. Depois, os textos foram compostos e organizados em blocos de significados por coincidência/divergência temática. As entrevistas foram identificadas pela letra “M”, seguidas de números de 1 a 7 (M1, M2, M3... M7), correspondente à quantidade de mulheres entrevistadas, com o objetivo de manter o sigilo e anonimato das participantes.

O material empírico produzido pelas entrevistas foi codificado e tratado, mediante uma técnica na qual se entende que o texto é um todo organizado de sentido, e num determinado universo de significação. O sentido do texto é dado tanto por sua estrutura interna, que são as regras gramaticais, quanto pelo contexto histórico do momento no qual foi produzido. Por isso, o texto é um objeto integralmente linguístico e integralmente histórico.⁸ Analisar o discurso está relacionado a entender as histórias que o ser humano produz, percebendo seus valores, ou seja, o significado que o mesmo atribui a sua realidade em cada momento histórico.

O presente estudo foi realizado conforme os princípios éticos em pesquisa e a respectiva Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 20418813.0.0000.5183). No processo de análise e discussão, buscou-se acostar o material empírico produzido à literatura pertinente.

RESULTADOS

Foram entrevistadas mulheres na faixa etária de 31 anos à 49 anos, com grau de escolaridade em sua maioria fundamental incompleto, quatro das sete mulheres relataram ter sofrido violência. Após análise dos depoimentos concedidos possibilitou-se a elaboração das seguintes subcategorias: A concepção da violência de gênero para as prostitutas e A violência de gênero permeando o processo de trabalho das prostitutas.

♦ A concepção da violência de gênero para as prostitutas

Os depoimentos a seguir retratam como as prostitutas conceituam a violência de gênero:

Gênero assim mexer com a humanidade, violência doméstica que é o mais grave, o cara casa tira a moça de casa, às vezes chega em casa , no dia-a-dia bate, as vezes estupra, a mulher não quer transar, o homem quer a pulso, acho que é isso aí, não tem pior violência que essa . M [5]

Pra mim violência é quando a pessoa vai fazer um trabalho e as pessoas querem agredir você com palavras, violências de pessoas, tudo igual, ao redor da pessoa, pode ser homem, mulher. M [1]

É o preconceito pra mim, o preconceito é uma violência. M [3]

Embora a violência de gênero seja algo que esteja sendo mais difundido pela mídia e ganhando maior visibilidade, muitas mulheres desconhecem a significância que este fenômeno representa na vida delas. O depoimento a seguir retrata isso:

Gênero é o que? Sei lá é tanta coisa. M [6].

A partir desse depoimento podemos confirmar a falta de entendimento no que concerne o significado do que é violência de gênero, pois a mesma quando questionada no que mais a incomodava em sua profissão afirmou:

O que mais incomoda é quando pega homem ruim, que humilha essas coisas, e não é bom né eu mesmo vivo porque eu preciso, tenho filho pra criar. M [6]

Esta fala denota a falta de associação entre os termos perguntados acerca da violência de gênero, caracterizando que a mesma não tinha a compreensão que o ato de humilhação por parte do homem se caracteriza como uma violência.

A violência de gênero permeando o processo de trabalho das prostitutas.

Os depoimentos a seguir retratam o que mais incomoda na profissão das prostitutas:

[...] arriscado, você contrair uma doença, você ser agredida, você ser machucada, você ter que fazer coisas que você não merece, entrar numa coisa daquelas ali, e você é machucada, assim com palavras, as palavras faz com que você fique muito assim perturbada[...] M [1]

Violência, quando chega lá, tirar a roupa e aí tem homens que quer que tenha corpo de sereia, muitos batem não querem pagar por isso, como eu já apanhei [...] M [2]

A entrevistada relata a marginalização que sofre:

É humilhação na rua, que tem muito nas ruas. M [7]

A fala de uma das prostitutas afirma o ambiente violento que elas convivem:

[...] Uma vez apareceu um homem, o homem vamos sair vamos embora, se mandamos nesse meio de mundo, fui parar dentro de Alhandra, quando cheguei lá tinha 3 homens, eu tive que ficar com todos 4, com os 4 não, com os 3, porque o meu ficou bêbado e dormiu, aí eu fiquei com os três aí tem que ficar caladinha ne, sozinha no mundo, dentro do mato, numa casa velha e foi a única que eu passei, tive que trepar de graça. M [4]

O trecho de uma das entrevistadas aborda a questão da mulher enquanto objeto de prazer:

[...] o cliente saiu comigo colocou o revolver no meu ouvido, não me pagou, disse que não ia usar preservativo, mas graças a Deus que me ajudou ele ainda usou, mas foi bravo comigo, não pagou e disse que se eu falasse pras minhas amigas aí eu poderia morrer, me ameaçou né, fui ameaçada. M [5].

DISCUSSÃO

É válido salientar que a expressão máxima de subordinação da mulher é a violência de gênero, essa é perpetuada configurando-se um grande paradigma em pleno século vigente, reflete sobremaneira os modos de adoecer, qualidade de vida e de morrer de mulheres acometidas por esse tipo de violência.⁹

A violência de gênero é um agravante que tem crescido na América Latina, tornando-se um fenômeno e um problema de estado, este fato é apresentado através de denúncias de organizações feministas que militam em defesa dos direitos humanos de suas vítimas e familiares, embasado também em pesquisas de cunho científicos, em detrimento da falta de visibilidade, insensibilidades dos governantes, impunidades que são fortalecidas por todo sistema patriarcal vigente. Assim, destaca-se a importância dos movimentos feministas de diferentes ramos, suas reivindicações e sua luta por igualdade de gênero o que propiciou um campo para maior visibilidade deste fenômeno.¹⁰

Corroborando com este entendimento, gênero é um arranjo social construído pela sociedade para designar e caracterizar o que é ser homem e ser mulher, frente a isso é possível entender o fenômeno de violência de gênero, constata que existe certa dificuldade para obtenção de dados fidedignos sobre a violência de gênero no Brasil, mas os números expressos em pesquisas nacionais e internacionais revelam a magnitude frente a esse mal que assola nossa sociedade.¹¹

Para o entendimento da violência de gênero é de suma importância analisar o contexto histórico que foi tecido e se perpetua até os dias atuais, este sistema de

poder desigual vem desde os primórdios onde a mulher está sempre subordinada a uma instância masculina e diferenças biológicas a colocam como um ser frágil passível de ser dominado, sendo tratada como um produto, nesta ótica a violência de gênero é um fenômeno que acontece e é alicerçado por esses preceitos históricos.¹²

É importante dar voz e visibilidade a violência sofrida pelas prostitutas para a obtenção de resposta a esse problema, numa ótica que abarque esta mulher e se trabalhe para a aproximação de sua realidade com políticas públicas para minimização de agravos, promoção em saúde, prevenção de violência cotidiana.¹³

Em um estudo¹⁴ foi constatado que o início das agressões sofridas pelas mulheres foi percebido quando elas tiveram uma postura de enfrentamento no tocante a desejos que iam de encontro com os dos seus parceiros, a partir desse momento começava o ciclo da violência, sempre que vontades eram contrárias as dos seus parceiros, ofensas, comportamentos agressivos e humilhações tornavam-se parte do seu cotidiano. Entretanto, válido salientar que das entrevistadas nem todas tinham uma postura de vítima, demonstrando um maior enfrentamento a essa violência.

Milhares de mulheres ainda convivem com a violência de gênero, mesmo com o esforço de parte da sociedade, por meio de políticas públicas e mecanismos para coibir a violência que infringe os direitos humanos, esta é uma realidade de muitas mulheres, que por vezes tentam romper este ciclo violento, outras sendo intensificado pela naturalização de uma sociedade machista. Para o entendimento desse panorama se faz necessário um olhar mais holístico, pois até pouco tempo isso era assunto restrito apenas ao binômio esposa-marido, e intervir nesse meio era algo delicado.¹⁵

Os direitos humanos são infringidos quando ocorre violência nas relações interpessoais, essa violência trás danos à saúde e pode ocasionar até mesmo a morte de pessoas, a vítima de violência muitas vezes tem uma postura submissa e o silêncio que ela apresenta diante a um ato de violência sofrida configura-se uma ameaça a vida, a violência doméstica que acontece no seio familiar e nas relações conjugais, seja por atuais ou parceiros anteriores.¹⁶

A violência doméstica ainda é um fenômeno que possui pouca visibilidade, justifica isso pela dificuldade de acesso a esses dados, a violência de gênero configura-se como algo ainda restrito ao ambiente

domiciliar, pela postura que muitas mulheres têm em não admitir que sofram essa violência, neste consoante, além de uma questão social é uma questão de educação, saúde pública, políticas públicas, jurídica-penal que devem ser articuladas para o enfrentamento deste mal, aliadas a conscientização, ações preventivas e mobilizações da sociedade.¹⁴

Em um estudo¹⁷ com mulheres vítimas de violência doméstica constatou que das entrevistadas 90 % sofreram violência do atual companheiro e 10 % do companheiro anterior, dessas 50% sofreram violência psicológica, 20% violência sexual e 10% cárcere privado e 20 % relataram ter sofrido apenas violência física. Afirmando que em detrimento dos avanços nos últimos tempos, ainda existem dificuldades que estão presentes para que essas mulheres consigam se libertar do silêncio e ganhar seu empoderamento.

A violência difundida nos meios midiáticos ocorre independente de raça, faixa etária, ou classe social, tendo o mesmo impacto na vida dos cidadãos, a visibilidade a casos extremos dá a falsa impressão de que quem comete a violência são pessoas de má índole, perversas e desumanas, porém isto está longe de ser uma verdade, os papéis sexuais que são impostos pela sociedade reforçam a desigualdade de gênero, esse reforço da mídia faz com que essa violência torne-se banalizada, a naturalização desses papéis e a aceitação reforçam uma violência simbólica, que está intrínseca não só nas relações pessoais, mas no cerne de nossa sociedade, configurando-se uma forma de violência de gênero.¹⁵

As mulheres que participaram do seu estudo no município de João pessoa tinham um perfil semelhante quando comparadas a outras mulheres de outras áreas do Brasil, verificando que a violência sofrida pela mulher transcorre em diferentes faixas etárias, e que a violência é um misto de elementos envolvidos, como : questões de gênero, cultura, economia, relações humanas, entre outros, e não apenas a um elemento isolado, mesmo que muitas vezes seja compreendida apenas como uma diferença de gênero, em uma sociedade patriarcal e sexista.¹⁸

Em alguns países a porcentagem de mulheres que afirmam terem sofrido violência física por um homem chega a 50%, no tocante ao Brasil pesquisas realizadas pela Fundação Perseu Abramo exibem um dado alarmante no que se refere a violência sofrida pela mulher, a cada 15 segundos uma brasileira é agredida, e anualmente 2 milhões são espancadas por

seus companheiros atuais ou anteriores. Em seu estudo a mulher reconhece o homem como um ser doente, de personalidade dupla e até mesmo digno de pena, tem a percepção que essa violência é ocasionada por ciúmes, sentimentos de poder, reiterando a construção social de gênero, as consequências que este mal reflete na sua qualidade de vida e suas relações sociais.¹⁹

Em um estudo²⁰ realizado com uso de dados de uma unidade de polícia pacificadora, evidenciou que os índices de violência sexual e psicológica foram pequenos, haja vista, que esse tipo de agressão não é muito denunciado nas delegacias, em contra partida, as que sofrem violência física denunciaram os seus agressores com maior frequência. A partir desse levantamento evidencia-se a violação dos direitos humanos, uma vez que causa danos a integridade da mulher e limita seus direitos, dessa forma, é necessário ter um olhar diferenciado para essa mulher, dispondo de atenção especial nos serviços de saúde, assim como integrá-la em redes interinstitucional para o acompanhamento.

As prostitutas constituem um público susceptível a vulnerabilidades, haja vista a variedade de elementos que as mesma estão expostas, cita o preconceito e o estigma que sempre esteve presente no decorrer dessa profissão milenar, afirma que elas vivem as margens da sociedade, constituindo um público com baixa instrução educacional , onde a violência sexual está presente no seu cotidiano.²¹

Atualmente tramita na câmara dos deputados um projeto chamado de lei Gabriela Leite, de autoria do deputado Jean Wyllys de Matos Santos que prever a regulamentação da atividade das profissionais do sexo, cuja finalidade é desmistificar a profissão, para que essas mulheres tenham seus direitos e sua dignidade preservada, com acesso a saúde, segurança e regularização do seu ofício, o projeto é justificado como uma forma de combate à exploração sexual, onde o estado teria meios de fiscalizar casas que por ventura estiverem explorando mulheres.²²

Em um estudo³ realizado no Piauí com prostitutas se constatou que a violência contra esse segmento é recorrente, visto que, o próprio ambiente propicia a isto, humilhações, ofensas e insultos foram mais destacados do que a violência física propriamente. Assim como foi observado neste estudo, os autores salientam a baixa escolaridade das prostitutas, o que dificulta a procura de trabalho em outros ramos, assim como os clientes que praticam violência, essas mulheres são excluídas pela sociedade no

momento que as deixam as margens do seu exercício de cidadania.

Acerca do ambiente hostil que as prostitutas vivenciam outros tipos de violência ainda estão presentes em seu cotidiano, como violência de cunho psicológico, por meio da verbalização, estupro, tráfico de mulheres, essas agressões são perpetuadas pela visão que os clientes fazem dessas mulheres, como pessoas sem moral e ordinárias.⁵

Nesta ótica a prostituta é um grupo potencial de risco, pois inicia sua vida sexual muito cedo, com um número alto de clientes, muitas vezes não fazendo uso do preservativo configurando-se susceptível a adquirir diversas DST's, dentre essas o HIV.²³

É de suma importância que a prostituição ganhe um novo olhar, que essas mulheres sejam vistas como sujeito de direito, e ocorra uma luta por direitos fundamentais e por direitos laborais, porém em contrapartida existem dois grandes entraves para esse reconhecimento que são: sexualidade e gênero, para isso é imprescindível que essas questões estejam em pauta nas discussões numa tentativa de politizar essas questões.²⁴

A prostituta sofre no seu cotidiano preconceitos e estigmas, justificados pela sociedade que sempre controlou a sexualidade dos indivíduos, diante desses valores sociais é que se legitimam essas arbitrariedades vivenciadas em seu cotidiano, vivendo as margens da sociedade e sofrendo violência ao mesmo tempo em que sofre preconceitos, a prostituta é vista por muitos como uma pessoa digna de pena, as associações de prostitutas tem um papel fundamental nessas denúncias no que se refere ao reconhecimento de seus direitos laborais.²⁵

A prostituta é vista pela sociedade como alguém que precisa de salvação, que deve ter uma nova oportunidade de vida, vista não como alguém que está prestando um serviço, mas sim como um ser que sofre de exploração, o que dificulta o reconhecimento e as lutas por direitos trabalhistas, destaca o sofrimento emocional que sofrem a ter que manter relações com clientes alcoolizados e drogados, porém muitas conseguem recusar e não manterem relações indesejadas, destacando uma possível mudança na autonomia das prostitutas.²⁶

A mulher é um alvo em potencial da violência de gênero, mesmo no seu espaço privado onde deveria ter dignidade e seus direitos respeitados enquanto cidadãs, quanto no espaço público, às prostitutas são alvos diários de violência, essa não é tão mascarada quanto à violência que acontece no ambiente

domiciliar, pois elas trabalham nas ruas a mercê de todo tipo de preconceitos, estigmas e violência. Contudo, o homem por sua cultura machista fomenta essa violência por entender que a prostituta é um objeto de seu prazer e o fato de estar pagando, lhe confere o poder de fazer o que quiser com esta mulher.

Após anos de lutas e conquistas as mulheres já avançaram em seus direitos trabalhistas e sexuais, porém existem entraves sociais e culturais que as impedem de exercerem livremente, sem qualquer dano a sua integridade física e emocional suas atividades laborais, não só as prostitutas, mas o gênero feminino como um todo carrega o peso do patriarcado no seu cotidiano, a desconstrução deste paradigma e o empoderamento dessas mulheres se tornam de extrema relevância para que se consiga galgar espaço e reconhecimento na sociedade.

CONCLUSÃO

Podemos verificar que a violência de gênero está em todos os ambientes, permeando o dia-a-dia das mulheres, de modo que se naturalizou em detrimento do regime que sempre esteve presente na nossa sociedade, onde essas nascem predestinadas a cumprir um papel social e qualquer desvio pode trazer consequências para as suas vidas, assim a violência de gênero é tida como aceitável por muitas, por não terem noção que sofrem abusos e por medo de denunciarem.

As prostitutas ainda continuam sendo invisíveis para a sociedade, pelo controle que se da ao corpo feminino e a não aceitação do exercício do um trabalho como outro qualquer, ressalta-se exíguos os artigos científicos que abordem a questão de violência de gênero para esse público, o foco desses estudos são mais voltados para doenças e prevenções de DSTS.

Diante do elucidado se faz necessário uma visibilidade maior no que concerne a violência sofrida pelas prostitutas, que se dialogue sobre o tema e tabus sejam quebrados para que assunto como sexualidade e liberdade feminina, estejam cada vez mais presentes em discussões cotidianas e principalmente nos meios acadêmicos, para que se construa uma cultura onde a mulher possa impor seus limites e esteja cada vez mais empoderada, tendo seus direitos garantidos como uma cidadã em um país democrático.

REFERÊNCIAS

1. Porto M, Maluschke J S N F. Violência, mulheres e atendimento psicológico na amazônia e no distrito federal. *Psicol Estudo* [Internet]. 2012 [cited 2014 Aug 20];17(2):297-306. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200013
2. Lucena KDT, Silva ATMC, Moraes RM, Silva CC, Bezerra IMP. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2012[cited 2014 Nov 20];28(6):1111-21. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2012000600010&script=sci_arttext
3. Penha J C, Cavalcanti S D C, Carvalho S B, Aquino P S, Galiza D D F, Pinheiro A K B. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2012 [cited 2014 Sept 23];65(6):984-90. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v65n6/a15v65n6.pdf>
4. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 [Internet]. 2006 [cited 2014 Dec 10]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
5. Moreira I C C C, Monteiro C F S. Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas: relato de experiência. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2009[cited 2014 Oct 30]; 62(5): 789-92. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000500025
6. Moura A D A, Oliveira R M S; Lima G G; Farias L M; Feitoza A R. O comportamento de prostitutas em tempos de aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo?. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2010[cited 2014 Nov 20]; 19(3):545-53. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072010000300017&script=sci_arttext
7. Brito M R A. Prostituição no Brasil e inclusão social: uma análise do Projeto de Lei Nº. 98 de 2003, sob o aspecto constitucional. Universidade de Brasília. 2008:3.
8. Fiorin J L. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo; Ática, 2006.
9. Guedes R N, Silva A T M C, Fonseca R M G S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Esc Anna Nery* [Internet]. 2009[cited 2014 Dec 9];13(3):625-31. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452009000300024&script=sci_arttext
10. Almeida T M C. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Soc estado* [Internet]. 2014[cited 2014 Nov 12];29(2): 329-40. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922014000200002&script=sci_arttext
11. Pazo C G, Aguiar A C. Sentidos da violência conjugal : análise de banco de dados de um serviço telefônico anônimo. *Physis Rev Saúde Coletiva* [Internet]. 2012[cited 2014 Oct 30]; 22(1): 253-73. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312012000100014&script=sci_arttext
12. Guedes R N, Fonseca R M G S. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2011 [cited 2014 Dec 1]; 5(2):1731-5. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342011000800016&script=sci_arttext
13. Lima HS, Silva ATMC, Souza JÁ, Almeida JR, Lucena RP, Lucena KDT. Análise das práticas profissionais na atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual. *J Nurs UFPE on line* [Internet]. 2013 [cited 2014 Nov 15];7(esp):6964-72. Available from: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/5127/8077>
14. Dutra M L, Prates P L, Nakamura E, Villela W V. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciências Saúde Coletiva* [Internet]. 2013 [cited 2014 Dec 2];18(5):1293-304. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000500014&script=sci_arttext
15. Vieira L B, Padoin S M M; Souza I E O; Paula C C. Perspectivas para o cuidado de enfermagem às mulheres que denunciam a violência vivida. *Esc. Anna Nery* [Internet]. [cited 2014 Nov 13];15(4):678-85. Available from: <http://www.revistaenfermagem.eean.edu.br/default.asp?ed=28>
16. Lima G Q, Werlang B S G. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia Estudo*. 2011[cited 2014 Nov 23];16(4):511-20. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722011000400002&script=sci_arttext
17. Lettiere A, Nakano A M S. Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento *Rev Latino-Am Enferm* [Internet]. 2011 [cited 2014 Nov 15];19(6); 1-8. Available from: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/pt_20.pdf

18. Albuquerque J B C. Violência doméstica: características sociodemográficas de mulheres cadastradas em uma Unidade de Saúde da Família. Rev Eletr Enferm [Internet]. 2013 [cited 2014 Dec 2]; 15(2):382-90. https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n2/pdf/v15n2a10.pdf
19. Fonseca D H, Ribeiro C G, Leal N S. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. Psicol Sociedade [Internet]. 2012 [cited 2014 Dec 1];24: 307-14. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200008
20. Moura M A V, Albuquerque Netto L, Leite F M C, Lima F R S, Teixeira S V B. Mulheres que denunciam violência de gênero em uma Unidade de Polícia Pacificadora. Rev Eletr Enferm [Internet]. 2013 [cited 2014 Nov 30];15(3):628-37. Available from: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/20286>
21. Neri E A R, Moura M S S, Penha J C, Reis T G O, Aquino OS, Pinheiro A K B. Conhecimento, atitude e prática sobre o exame Papanicolau de prostitutas. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2013 [cited 2014 Dec 1];22(3):731-8. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n3/v22n3a20.pdf>
22. Santos M C M. Projeto de Lei "Gabriela Leite" - aspectos previdenciários da descriminalização das casas de prostituição. Jus Navigandi [Internet]. 2014. Available from: <http://jus.com.br/artigos/27943/projeto-de-lei-gabriela-leite-aspectos-previdenciarios-da-descriminalizacao-das-casas-de-prostituicao/2>
23. Aguiño P S, Nicolau A I O, Moura E R F, Pinheiro A K B. Perfil sociodemográfico e comportamento sexual de Prostitutas de fortaleza - CE. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2008 [cited 2014 Dec 2]; 17(3): 427-34. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n3/a03v17n3>
24. Olivar J M N. Prostituição feminina e direitos sexuais...diálogos possíveis? Sex, Salud Soc [Internet]. 2012 [cited 2014 Nov 29];11:88-121. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872012000500005&script=sci_arttext
25. Sousa F R. Educação Popular em Saúde e participação de prostitutas: contribuições para a gestão participativa do SUS. Interface-Comunic saúde educ [Internet]. 2014[cited 2014 Dec 2];18(2):1559-68. Available from: <http://www.scielo.org/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1559.pdf>
26. Barreto L B, Prado M A M. Identidade das prostitutas em belo horizonte: as representações, as regras e os espaços. Pesq Práticas Psic [Internet]. 2010 [cited 2014 Nov 30];5(2):193-205. Available from: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Barreto_e_Prado.pdf

Submissão: 10/08/2015

Aceito: 25/10/2015

Publicado: 01/01/2016

Correspondência

Layza de Souza Chaves Deininger

Bel. Trenaldo de Albuquerque Chaves, 201, Bl F

CEP 58036-460 – João Pessoa (PB), Brasil